

Apesar de tudo, uma conferência importante?

Fidel Castro, o presidente cubano, ao realizar sua campanha para conseguir que a América Latina se recuse coletivamente a pagar sua dívida externa de 360 bilhões de dólares, não atraiu pessoas com poder de decisão para uma importante conferência sobre esta proposta, realizada aqui esta semana. No entanto a reunião poderá revelar-se muito influente mesmo assim.

Na conferência iniciada na terça-feira, Fidel Castro disse que 115 chefes de partidos políticos e de organizações latino-americanas e do Caribe estavam entre os 1.200 delegados presentes. Mas muitos desses grupos são de esquerda e estão fora do poder, o que levou um diplomata ocidental a se referir à reunião como sendo "um love-in esquerdistas". Somente a Bolívia e a Nicarágua enviaram delegações oficiais dos seus governos.

No entanto, políticos moderados, representantes sindicais e acadêmicos estão representados entre os delegados. E porta-vozes de diferentes matizes políticos concordaram com a premissa básica de Fidel Castro de que a quantia devida é

grande demais para poder ser paga e ameaça a estabilidade política da região.

"Não é que não queiramos pagar", disse Freddy Justiniano, ministro boliviano do Planejamento. "O fato é que não podemos pagar, o que é algo substancialmente diferente." Os pagamentos da dívida boliviana deste ano equivalem a quase duas vezes o valor de suas exportações. Apesar da ausência de pessoas com poder para a tomada de decisões, os analistas aqui em Havana acham que a conferência poderá ter outras utilidades.

"Todos estão compreendendo que esta reunião representa um certo papel no processo de negociações", declarou Arthur Macewan, presidente do Departamento de Economia da Universidade de Massachusetts, em Boston. "Ela cria uma força análoga às pessoas que em qualquer outra negociação ficam gritando e berrando, enquanto o negociador afirma que quer ser razoável. Os mexicanos, os peruanos poderão conseguir mais coisas junto aos bancos se eles tiverem este grupo operando em Havana e

do qual eles não fazem parte diretamente."

O governo mexicano censurou de forma implícita o plano de Fidel Castro. O ministro mexicano das Finanças, Jesus Silva Herzog, declarou na semana passada que as consequências econômicas de uma recusa dos pagamentos seriam inaceitáveis para o México. Mais tarde, nesta semana, Fidel Castro disse que os que não quiseram vir à reunião são covardes.

Um novo elemento na maneira de se lidar com a dívida desenvolveu-se nas vésperas da conferência, quando o recém-eleito presidente peruano Alan García impôs um limite anual aos pagamentos da dívida, mantendo-os em 10% do valor das exportações do país — ou seja, numa quantia calculada em 300 milhões de dólares. Este ano, o serviço total da dívida peruana equivale a sete vezes essa quantia.

Na quarta-feira, aqui em Havana, Michael Manley, ex-primeiro-ministro da Jamaica, disse que "a crise, que o presidente García pretende abordar com uma coragem ímpar é ao mesmo tempo um desa-

fio e uma oportunidade para todos nós".

"Todos os analistas estão reconhecendo atualmente que a dívida se tornou um dos principais obstáculos para o desenvolvimento", disse Manley. "E a nossa experiência está começando a criar distúrbios sociais que vão muito além da subsistência, chegando às raízes de profundos sofrimentos humanos."

Alguns dos delegados, que incluem um ex-presidente da Venezuela, um nacionalista esquerdista de Porto Rico, um pastor batista da Jamaica e o presidente de uma loja maçônica mexicana, seriam capazes de incentivar movimentos nos seus próprios países para forçarem os seus governos — ou para lhes darem a desculpa necessária — para se recusarem unilateralmente a pagar suas dívidas.

No entanto, talvez não seja um sinal auspicioso o fato de que os três principais países devedores, ou seja, o Brasil, o México e a Argentina — que juntos, devem mais de 200 bilhões de dólares —, não tenham enviado funcionários oficiais do governo. **Morris S. Thompson, do News Day.**